

## VII – Política de salvaguarda dos Ativos dos Clientes

O Banco BPI dispõe dos meios técnicos e humanos que asseguram a proteção dos ativos (dinheiro e instrumentos financeiros) depositados ou registados em nome ou por conta dos seus clientes, encontrando-se implementados mecanismos que permitem uma clara distinção entre os bens pertencentes ao seu património e os bens pertencentes ao património de cada um dos seus clientes.

Por proteção dos ativos entende-se a sua guarda (ou, no caso de ativos escriturais, a manutenção dos respetivos registos) em termos que visam garantir que, designadamente:

- Os mesmos não são passíveis de ser subtraídos por terceiros;
- Sem prejuízo do regime próprio dos valores fungíveis, os mesmos se encontram e podem ser permanentemente identificados como pertencendo ao cliente, não sendo confundidos nem tratados como bens de outros clientes ou do Banco BPI;
- São regularmente efetuadas as necessárias atividades de controlo, entre as quais a reconciliação de posições e movimentos.

Em casos de subcontratação a entidades terceiras dos serviços de registo e depósito de instrumentos financeiros, o Banco BPI apenas recorre a intermediários financeiros sujeitos a supervisão das entidades de regulação competentes dos seus países. O Banco BPI procede a uma avaliação de risco rigorosa, cuidada e diligente na seleção, nomeação e na revisão periódica dos serviços e das entidades subcontratados. Nos termos da lei, em caso de subcontratação, o Banco BPI é responsável perante os seus Clientes.

Nos casos em que o Banco BPI subcontrate os serviços de registo e depósito de instrumentos financeiros a um terceiro, procurará assegurar que os ativos dos Clientes sejam depositados ou inscritos em contas segregadas (individuais ou *omnibus*) dos ativos pertencentes ao Banco BPI.

As entidades subcontratadas pelo Banco BPI podem vir a estar sujeitas a lei estrangeira, podendo os direitos dos Clientes ser afetados de forma distinta da prevista na lei Portuguesa. Em particular, os instrumentos financeiros dos Clientes poderão ser detidos numa conta global de um subcustodiante (conta *omnibus*), caso tal seja permitido pelo direito aplicável, sendo que, na impossibilidade, por força do direito aplicável, de identificar separadamente os instrumentos financeiros dos Clientes face aos instrumentos financeiros propriedade desse terceiro, de outros clientes ou do Banco BPI, a proteção dos Clientes poderá ser menor em caso de incumprimento por parte de tal subcustodiante, na medida em que os instrumentos financeiros dos Clientes poderão não ser identificáveis separadamente. Nestes casos, os Clientes poderão incorrer em perdas em caso de incumprimento ou insolvência do subcustodiante.

Os instrumentos financeiros detidos pelos Clientes podem ter sido emitidos ao abrigo de legislação distinta da Portuguesa, podendo os direitos dos Clientes, em caso de insolvência do emitente, ser distintos dos previstos na lei Portuguesa.

O Banco BPI, S.A. é membro do Sistema de Indemnização aos Investidores, o qual assegura a proteção dos investidores em caso de incapacidade financeira dos intermediários financeiros autorizados a atuar em Portugal. De igual modo, os depósitos constituídos junto do Banco BPI, S.A. beneficiam da garantia de reembolso prestada pelo Fundo de Garantia de Depósitos instituído pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras).

Adicionalmente, o Banco BPI nomeou um responsável pela proteção dos instrumentos e fundos de Clientes, tendo esta pessoa nomeada a competência e autoridade necessárias para assegurar que o Banco cumpre os deveres aplicáveis em matéria de salvaguarda de bens dos Clientes, devendo, nomeadamente, (i) manter registos e contas que permitam distinguir os ativos detidos por um Cliente dos detidos por outros Clientes e dos próprios ativos detidos pelo Banco; (ii) realizar regulamente conciliações entre as contas e os registos internos e os de quaisquer terceiros em nome dos quais detenham esses ativos; (iii) tomar as medidas necessárias para assegurar que os instrumentos financeiros depositados junto de um terceiro sejam identificáveis separadamente dos instrumentos financeiros pertencentes ao Banco e dos pertencentes a esse terceiro; e (iv) introduzir mecanismos organizativos adequados para minimizar o risco de perda ou de diminuição do valor dos ativos dos Clientes.

### **Sistema de Indemnização aos Investidores**

Com o objetivo da proteção dos pequenos investidores (Investidores Não Profissionais), no caso de incapacidade financeira dos intermediários financeiros, foi criado em 1999 um Sistema de Indemnização aos Investidores.

O Sistema foi criado pelo Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 252/2003, de 17 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 162/2009, de 20 de Julho.

O Banco BPI entende que o Decreto-Lei n.º 162/2009, de 20 de Julho, que altera o Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de Junho, padece, tal como este último, de inconstitucionalidade orgânica por violação da reserva relativa à competência legislativa da Assembleia da República, na medida em que, tendo as contribuições das instituições para o Sistema de Indemnização aos Investidores, em termos substanciais, natureza tributária, aqueles diplomas deveriam ter sido precedidos da competente autorização legislativa, o que não sucedeu.

O Banco BPI entende ainda que a cobertura dos créditos de garantia, que o Decreto-Lei n.º 162/2009, de 20 de julho, pretendeu introduzir é materialmente inconstitucional, por violação do princípio da proporcionalidade.

Sem prejuízo das referidas inconstitucionalidades orgânica e material, entende, também, o Banco BPI que as normas do referido 162/2009, de 20 de Julho, que procederam ao alargamento do âmbito de cobertura do Sistema de Indemnização dos Investidores abaixo mencionado (v.g. no sentido da cobertura de créditos que resultem de operações de investimento cujas condições contratuais estabeleçam uma garantia de reembolso de montantes determinados ou determináveis), se aplicadas a situações de incapacidade patrimonial de intermediários financeiros ocorridas antes

da data de entrada em vigor daquele mesmo diploma (21 de Julho de 2009) padecem de inconstitucionalidade material por violação da proibição constitucional de lei fiscal retroativa.

O Sistema de Indemnização aos Investidores, tem por objetivo a proteção dos pequenos investidores (Investidores Não Profissionais), no caso de incapacidade financeira dos intermediários financeiros participantes para reembolsar ou restituir o dinheiro ou os instrumentos financeiros que lhes pertençam, garantindo a cobertura dos montantes devidos aos investidores relativos a instrumentos financeiros e o dinheiro destinado expressamente à sua compra, designadamente:

- Os instrumentos financeiros (designadamente, ações, obrigações, títulos de participação, unidades de participação em fundos de investimento, papel comercial, bilhetes do tesouro, futuros e opções sobre instrumentos financeiros, FRA's) depositados pelos clientes ou geridos por conta destes;
- O dinheiro depositado pelos clientes destinado expressamente a ser investido em instrumentos financeiros.

Nos termos previsto na redação inicial do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de Junho e do atual n.º 1 do referido artigo *"o Sistema garante a cobertura dos créditos de que seja sujeito passivo uma entidade participante em consequência de incapacidade financeira desta para, de acordo com as condições legais e contratuais aplicáveis, reembolsar ou restituir aos investidores os fundos que lhes sejam devidos ou que lhes pertençam e que se encontrem especialmente afetos a operações de investimento, ou que sejam detidos, administrados ou geridos por sua conta no âmbito de operações de investimento.*

Com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 162/2009, de 20 de Julho, o artigo 3.º, no seu n.º 2, passou a referir que *"os fundos devidos aos investidores e que se encontram especialmente afetos a operações de investimento incluem os créditos de que os mesmos sejam titulares sobre uma entidade participante do Sistema e que resultem de operações de investimento cujas condições contratuais estabeleçam uma garantia de reembolso de montantes determinados ou determináveis."*

Conforme acima referido, é entendimento do Banco BPI que a extensão da cobertura resultante desta alteração legislativa apenas é aplicável a situações de incapacidade patrimonial dos intermediários financeiros participantes no Sistema verificadas posteriormente ao dia 21 de julho de 2009, data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 162/2009, de 20 de Julho.

Conforme previsto no artigo 9.º do citado diploma, excluem-se da cobertura do Sistema:

- a) os créditos decorrentes de operações de investimento de que sejam titulares os investidores qualificados referidos n.º 1 do artigo 30.º do Código dos Valores Mobiliários, quer atuem em nome próprio quer por conta de clientes, ou entidades do sector público administrativo;
- b) os créditos decorrentes de operações de investimento de que seja titular um investidor, qualquer outra pessoa ou parte interessada nessas operações, em

- relação às quais tenha sido proferida uma condenação penal, transitada em julgado, pela prática de atos de branqueamento de capitais;
- c) os créditos decorrentes de operações de investimento realizadas ou prestadas por entidades não autorizadas para o efeito;
  - d) os créditos decorrentes de operações de investimento realizadas diretamente fora de Portugal ou de outros Estados membros da Comunidade Europeia, designadamente em jurisdição off shore, exceto se o investidor desconhecesse o destino desse investimento;
  - e) os créditos decorrentes de operações de investimento realizadas em nome e por conta de membros dos órgãos de administração ou fiscalização da entidade participante, acionistas que nela detenham participação, direta ou indireta, não inferior a 2 % do respetivo capital social, revisores oficiais de contas ao seu serviço, auditores externos que lhe prestem serviços de auditoria ou investidores com estatuto semelhante noutras empresas que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade participante;
  - f) os créditos decorrentes de operações de investimento realizadas em nome ou por conta das pessoas ou entidades que tenham exercido as funções, detido as participações ou prestado os serviços referidos na alínea anterior nos quatro anos anteriores à data do acionamento do Sistema, ou da adoção pelo Banco de Portugal de providências de recuperação e saneamento, nos termos da lei, e cuja ação ou omissão tenha estado na origem das dificuldades financeiras da entidade participante ou tenha contribuído para o agravamento de tal situação;
  - g) os créditos decorrentes de operações de investimento realizadas em nome e por conta do cônjuge, parentes ou afins em 1.º grau ou terceiros que atuem por conta de investidores referidos na alínea anterior;
  - h) os créditos decorrentes de operações de investimento realizadas em nome e por conta de empresas que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade participante;
  - i) os créditos decorrentes de operações de investimento de que sejam titulares investidores responsáveis por factos relacionados com a entidade participante, ou que deles tenham tirado benefício, diretamente ou por interposta pessoa, e que estejam na origem das dificuldades financeiras ou tenham contribuído, por ação ou omissão no âmbito das suas responsabilidades, para o agravamento de tal situação;
  - j) os créditos decorrentes de garantias de rendibilidade, bem como de garantias de reembolso de fundos afetos a operações de investimento que tenham sido abusivamente acordadas entre investidores e entidades participantes ou por estas concedidas, presumindo-se como tais as que tenham sido constituídas a partir do terceiro mês anterior à data de acionamento do Sistema ou da adoção pelo Banco de Portugal de providências de recuperação e saneamento nos termos da lei;
  - l) os créditos decorrentes de operações de investimento de que sejam titulares investidores atuando por conta de quaisquer pessoas ou entidades referidas nas alíneas anteriores.

O Sistema de Indemnização aos Investidores garante o reembolso até ao limite de 25.000 euros por cada investidor, sendo o limite estabelecido por investidor e não por conta.

O valor da indemnização a atribuir a cada investidor é calculado à data do acionamento do Sistema de Indemnização aos Investidores com base no valor do dinheiro e instrumentos financeiros registados em seu nome no intermediário financeiro que originou o acionamento do Sistema, tendo em conta os limites previstos na lei.

O Sistema de Indemnização aos Investidores é acionado:

- a) Quando o intermediário financeiro participante no Sistema, por razões diretamente relacionadas com a sua situação financeira, não tenha possibilidade de cumprir as obrigações resultantes de créditos dos investidores e o Banco de Portugal tenha verificado, ouvida a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), que o intermediário financeiro não mostra ter possibilidade de proximamente vir a fazê-lo;
- b) Quando o Banco de Portugal torne pública a decisão pela qual revogue a autorização do intermediário financeiro, caso tal publicação ocorra antes da verificação referida na alínea anterior;
- c) Relativamente aos créditos decorrentes de operações de investimento efetuadas em Portugal por sucursais de empresas de investimento e instituições de crédito com sede em outro Estado membro da União Europeia, quando for recebida uma declaração da autoridade de supervisão do país de origem comprovando que se encontra suspenso o exercício dos direitos dos investidores a reclamarem os seus créditos sobre essa entidade.

O Sistema de Indemnização aos Investidores publicita o acionamento e todos os outros elementos que se revelem necessários para a proteção dos interesses dos investidores:

- Na sua sede,
- Na sede da CMVM,
- Nos balcões e agências do intermediário financeiro que originou o acionamento,
- Num jornal de grande circulação,
- Na página do Sistema de Indemnização aos Investidores
- No site da CMVM na Internet
- Noutros locais ou por outros meios que entenda convenientes.

Além da referida publicitação, o Sistema de Indemnização aos Investidores comunica a cada investidor o valor da indemnização calculada, o modo de cálculo e os procedimentos necessários ao pagamento da mesma.

Os investidores têm 30 dias contados a partir da notificação do Sistema de Indemnização aos Investidores para entregar o *Formulário de Identificação*, disponível na página do Sistema de Indemnização aos Investidores no site da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) na Internet e nas instalações da CMVM, com a identificação dos dados pessoais e contactos, da denominação social do intermediário financeiro, da opção de pagamento e, caso optem pelo recebimento por transferência bancária, do

NIB da conta a creditar pelo valor da indemnização. No caso de o investidor discordar do valor apurado pelo SII deverá preencher o *Formulário de Reclamação*, também disponível nos locais acima mencionados.

Conforme se descreve no documento da CMVM “Plano de Contingência”, disponível para consulta em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) “*O Sistema de Indemnização aos Investidores comunicará a cada investidor, por carta registada com aviso de receção, a importância a receber, bem como a forma e a data de pagamento ou, no caso dos investidores que tenham optado pelo recebimento em cheque, o local e a data a partir da qual o cheque pode ser levantado e a documentação necessária para o efeito.*”

Para mais informações poderá dirigir-se a um balcão do Banco BPI ou consultar o sítio da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)).

## **Fundo de Garantia de Depósitos**

Nos termos do disposto no artigo 157.º e seguintes do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro (RGICSF), os depósitos constituídos no Banco BPI, S.A. (adiante designado como BPI), beneficiam da garantia de reembolso prestada pelo Fundo de Garantia de Depósitos (Fundo).

Nos termos daquele diploma e para os efeitos acima referidos, entende-se por depósito os saldos credores que, nas condições legais e contratuais aplicáveis, devam ser restituídos pela instituição de crédito e consistam em disponibilidades monetárias existentes numa conta ou que resultem de situações transitórias decorrentes de operações bancárias normais.

Excluem-se da noção de depósito, para os citados efeitos, os saldos credores ou créditos que resultem de quaisquer operações de investimento, incluindo aquelas em que o reembolso do capital, acrescido de eventuais remunerações, apenas é garantido ao abrigo de um compromisso contratual específico, acordado com a instituição de crédito ou com uma terceira entidade.

O Fundo disponibiliza, em [www.fgd.pt](http://www.fgd.pt), todas as informações que considere necessárias para os depositantes, nomeadamente as informações relativas ao montante, âmbito de cobertura e procedimento de reembolso dos depósitos.

## **Depósitos Garantidos**

O Fundo garante, até aos limites adiante mencionados, o reembolso dos depósitos constituídos em Portugal ou noutros Estados membros da União Europeia junto de instituições de crédito com sede em Portugal e bem assim, o reembolso dos depósitos constituídos em Portugal junto de sucursais de instituições de crédito com sede em países que não sejam membros da União Europeia, relativamente aos depósitos captados em Portugal, salvo se esses depósitos estiverem cobertos por um sistema de garantia do país de origem em termos que o Banco de Portugal considere equivalentes aos proporcionados pelo Fundo, designadamente no que respeita ao



âmbito de cobertura e ao limite da garantia, e sem prejuízo de acordos bilaterais existentes sobre a matéria.

### **Limites da garantia**

O Fundo garante o reembolso, por instituição de crédito, da totalidade do valor global dos saldos em dinheiro de cada depositante, até ao limite de € 100.000 (cem mil euros), considerando-se, para este efeito, os saldos existentes à data em que se verificar a indisponibilidade dos depósitos.

No caso de uma instituição de crédito utilizar mais do que uma marca, como é o caso do BPI relativamente ao BPI Online, o limite de garantia é aplicável ao valor global dos depósitos de que os depositantes sejam titulares<sup>1</sup>.

O limite acima referido não se aplica, no entanto, aos seguintes depósitos, por um período de um ano a partir da data em que o montante tenha sido creditado na respetiva conta:

- a. Depósitos decorrentes de transações imobiliárias relacionadas com prédios urbanos habitacionais privados;
- b. Depósitos com objetivos sociais, determinados em diploma legal próprio;
- c. Depósitos cujo montante resulte do pagamento de prestações de seguros ou indemnizações por danos resultantes da prática de um crime ou de condenação indevida.

O valor acima referido será determinado com observância dos seguintes critérios:

- a. Considerar-se-á o conjunto das contas de depósito de que o interessado seja titular junto da instituição de crédito, independentemente da sua modalidade, com exceção dos explicitamente referidos no ponto abaixo em Depósitos excluídos da garantia de reembolso;
- b. Incluir-se-ão nos saldos dos depósitos os respetivos juros vencidos, mas não pagos, contados até à data em que se verificar a indisponibilidade dos depósitos;
- c. Serão convertidos em euros, ao câmbio da data em que se verificar a indisponibilidade dos depósitos, os saldos de depósitos expressos em moeda estrangeira;
- d. Na ausência de disposição em contrário, presumir-se-á que pertencem em partes iguais aos titulares os saldos das contas coletivas, conjuntas ou solidárias;
- e. Se o titular da conta não for o titular do direito aos montantes depositados e este tiver sido, ou possa ser, identificado antes de verificada a indisponibilidade dos depósitos, a garantia cobre o titular do direito;
- f. Se o direito tiver vários titulares, a parte imputável a cada um deles, nos termos da regra constante da alínea d), é garantida até ao limite de garantia;

---

<sup>1</sup> O BPI Online é uma marca registada do Banco BPI.

g. Os depósitos numa conta à qual tenham acesso várias pessoas na qualidade de membros de uma associação ou de uma comissão especial desprovidos de personalidade jurídica são agregadas como se tivessem sido feitos por um único depositante e não contam para efeitos do cálculo do limite acima previsto aplicável a cada uma dessas pessoas.

O reembolso dos depósitos é efetuado em euros.

### **Depósitos excluídos da garantia de reembolso**

Encontram-se excluídos da garantia de reembolso prestada pelo Fundo, nos termos do artigo 165.º do RGICSF:

a. Os depósitos constituídos em nome e por conta de instituições de crédito, empresas de investimento, instituições financeiras, empresas de seguros e de resseguros, instituições de investimento coletivo, fundos de pensões, entidades do sector público administrativo nacional e estrangeiro e organismos supranacionais ou internacionais, com exceção:

- i) Dos depósitos de fundos de pensões cujos associados sejam pequenas ou médias empresas;
- ii) Dos depósitos de autarquias locais com um orçamento anual igual ou inferior a € 500 000 (quinhentos mil euros).

b. Os depósitos decorrentes de operações em relação às quais tenha sido proferida uma condenação penal, transitada em julgado, pela prática de atos de branqueamento de capitais;

c. Os depósitos cujo titular não tenha sido identificado nos termos do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo, à data em que se verificar a indisponibilidade dos depósitos;

d. Os depósitos constituídos fora de Portugal ou de outros Estados membros da União Europeia junto de instituições de crédito com sede em Portugal, designadamente em jurisdição off shore;

e. Os depósitos de pessoas e entidades que, nos dois anos anteriores à data em que se verificar a indisponibilidade dos depósitos, ou em que tenha sido adotada uma medida de resolução, tenham tido participação, direta ou indireta, igual ou superior a 2% do capital social da instituição de crédito ou tenham sido membros dos órgãos de administração da instituição de crédito, salvo se ficar demonstrado que não estiveram, por ação ou omissão, na origem das dificuldades financeiras da instituição de crédito e que não contribuíram, por ação ou omissão, para o agravamento de tal situação.

### **Efetivação do reembolso<sup>2</sup>**

---

<sup>2</sup> O reembolso não depende da apresentação de um pedido dos depositantes ao Fundo para esse efeito.



O Fundo reembolsará os depósitos no prazo<sup>3</sup> máximo de (i) 20 dias úteis, até 31 de Dezembro de 2018, (ii) 15 dias úteis, de 1 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2020, (iii) 10 dias úteis, de 1 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2023, e (iv) a partir de 31 de Dezembro de 2023, no prazo de 7 dias úteis. Durante este período de transição, com termo em 31 de dezembro de 2023, o Fundo disponibiliza aos depositantes uma parcela até € 10 000 (dez mil euros) de todos os depósitos garantidos pelo Fundo, no prazo máximo de 7 dias úteis.

Os prazos acima referidos podem ser diferidos, em determinadas situações previstas no n.º 3 do artigo 167.º do RGICSF, a pedido do Fundo dirigido ao Banco de Portugal, designadamente caso:

- a. Seja incerto que o depositante tenha direito a receber o reembolso;
- b. O depósito esteja sujeito a medidas restritivas impostas por Governos nacionais ou por organismos internacionais;
- c. Não se tenham registado operações relativas à conta de depósito nos últimos dois anos;
- d. Se trate de um dos depósitos acima referidos em que o limite de garantia não se aplica.

---

<sup>3</sup> Os prazos contam-se a partir da data em que se verifica a indisponibilidade dos depósitos.